



X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO - SIRSSSE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ • CURITIBA, 7 a 10 de novembro de 2011

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AVALIAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS

MELGAÇO, Lucas Melgaço da – UFC
lucasmelgaco@alu.ufc.br

SILVA, Antônia Bruna da – UFC
bruninha@alu.ufc.br

MIRANDA, Naíola Paiva de – UFC
naiolamiranda@hotmail.com.br

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima – UFC¹
isabelfil@uol.com.br

Eixo temático: Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação.
Agência Financiadora: PIBID - UFC. Copac – UFC. Capes – Propag.

Resumo

O estudo desenvolve uma discussão referente à Educação, à Formação de Professores e à Avaliação inseridas no contexto e nas políticas públicas neoliberais. No tema abordado, é necessário distinguir três níveis de análise: o uso da educação como instrumento ideológico do ideário neoliberal, as influências das referidas políticas para a Formação de Professores e o uso da Avaliação como instrumento controlador do Estado a serviço do Neoliberalismo. Para tanto, buscou-se fontes bibliográficas que apresentassem uma perspectiva crítica desta temática, analisou-se as propostas que permeiam a Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação que o Documento Referência da CONAE (Conferência Nacional de Educação) propõe a institucionalização e entrevistou-se o Coordenador da Comissão Organizadora Nacional da CONAE e a Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola da SEDUC (Secretaria da Educação do Ceará). Com isso, pode-se averiguar que o discurso das atuais políticas educacionais gira em torno da qualidade da Educação estritamente relacionada à formação de professores. Tal temática está presente na proposta de institucionalização de uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação. A realidade dessas políticas de formação delinea um contexto marcado por iniciativas individuais dos professores para aperfeiçoamento próprio. A avaliação aparece como um mecanismo em prol dos interesses do sistema vigente. Pode-se concluir que o discurso e a prática das políticas públicas neoliberais no contexto social apresentam contradições a todo o momento. A lógica do sistema é culpar os professores e a sociedade pelos *déficits* educacionais, eles são os responsáveis pela melhoria da Educação.

¹ Orientadora.

Palavras-chave: Educação. Formação de professores. Avaliação.

Introdução

A importância da Educação se reconhece nos sujeitos. Ela exerce grande poder no meio social, político, econômico e cultural. Não é em vão que a sociedade a toma como principal meio de redução das desigualdades sociais e combate à pobreza. Também não é sem intenção que os governantes levantam bandeiras relacionadas a ela. Embora sociedade e Estado tenham interesses distintos.

O discurso do atual sistema gira em torno dos seguintes temas: “Educação para Todos”, “Todos pela Educação”, “País rico é país sem pobreza”, “Mais Educação”. Enfim, a Educação é a chave para a saída dos problemas que cercam a sociedade. Contudo, percebe-se uma estratégia de mudança de papel por parte do Estado no que diz respeito à responsabilidade de uma boa educação para a sociedade.

O Estado assume a função de avaliador do processo educacional e passa a terceiros a garantia da educação.

Os problemas na Educação geralmente são relacionados à Formação de Professores. Essa formação deve ser pleiteada por políticas de melhoria da educação que proporcionem uma melhoria no ensino superior público e que forneçam subsídios para que o professor continue de forma progressiva o melhoramento de sua formação, com estudos posteriores a sua formação inicial.

Em relação à formação de professores tanto a inicial quanto a continuada é notado o acordo entre o Estado e o setor privado. Os sujeitos, em virtude da falta de oferta de formação no âmbito público, são impulsionados para as instituições particulares.

A temática da valorização da formação dos professores para a melhoria da educação é destacada em diversos documentos, entre eles o Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em abril de 2010 em Brasília (DF).

Contudo, mesmo que se receba uma boa formação na universidade, e isso é algo muito difícil de ser constatado, o professor que entra na educação básica vai se deparar com espaços de trabalho ainda mais desestruturados e que não o oferecem condições mínimas para uma boa atuação. E assim também, fica em sua a responsabilidade a oferta de uma educação qualitativa e que atenda aos anseios da sociedade. O que no discurso é dever do Estado e direito de todos.

Desenvolvimento

Contextualizando o Neoliberalismo

O Neoliberalismo surgiu em plena crise do Estado de bem-estar social, instalada na década de 1960. O modelo, apontado como a única estratégia para sair da crise mundial enfrentada pelo sistema capitalista de produção, propõe a sujeição da sociedade e do Estado ao Mercado.

Além do mais, sugere a instabilidade no emprego e a redução dos gastos com as políticas sociais. Faceira (2000, p.3) sublinha que; “o neoliberalismo é um conjunto de regras práticas de ação, em que a ideia de constituição de um Estado forte está associada à criação de condições necessárias à expansão do mercado e da livre economia”. Para esse modelo:

É estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, (...) – para o Estado capitalista. Por um lado, revelam as características próprias da intervenção de um Estado submetido aos interesses gerais do capital (...) e contribuem para assegurar e ampliar os mecanismos de cooptação e controle social. Por outro, como o Estado não se define por estar à disposição de uma ou outra classe para seu uso alternativo, não pode se desobrigar dos compromettimentos com as distintas forças sociais em confronto (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.8).

Na ordem social se pode ver a influência dessas políticas à medida que há o agravamento das desigualdades sociais, da exclusão e da segmentação social; agravamento da pobreza e do desemprego, da miséria, da fome, da marginalização, dos desvios de recursos para a especulação (MACIEL e NETO, 2004, p.44). Gentili citado por Maciel e Neto (2004, p.45) pontua que;

A sociedade é culpada na medida em que as pessoas aceitam como natural e inevitável o *status quo* estabelecido por aquele sistema improdutivo de intervenção estatal. Os pobres são culpados pela pobreza; os desempregados pelo desemprego; os corruptos pela corrupção; os favelados pela violência urbana; os sem-terra pela violência no campo; os pais pelo rendimento escolar dos filhos; os professores pela péssima qualidade dos serviços educacionais. O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social.

Ao colocar a responsabilidade do sucesso ou fracasso no indivíduo, seja o pobre, o desempregado, o corrupto, o sem-terra, o pai ou o professor, se desvia o foco da fonte que emanam tais problemas.

Se na ordem social a influência desse modelo é tão marcante, pergunta-se como se dá a influência deste modelo para a educação? Segundo Silva (1995) a estratégia neoliberal situa o campo educacional como um lugar privilegiado, como um dos elementos a serem usados como técnica de governo, regulação e controle social.

O uso da Educação como instrumento ideológico

Conforme Neves (2005, p.92) na educação escolar o projeto difundiu a ideologia da qualidade total. A palavra de ordem é a qualidade. Deve-se concordar com Enguita (2002, p.96) quando observa que:

O predomínio de uma expressão nunca é ocioso ou neutro. A problemática da qualidade esteve sempre presente no mundo da educação e do ensino, mas nunca havia alcançado antes esse grau de centralidade. Ela vem substituir a problemática da igualdade a da igualdade de oportunidades, que eram então os coringas desse jogo.

A política educacional segundo Faceira (2000) é tipicamente marcada pela ausência de continuidade, muda a cada administração os programas e propostas sem avaliar os resultados dos programas anteriores.

Eis que predomina a tão conhecida lógica de mudar a lei para não mudar a realidade.

A Educação dita como um dos principais aparelhos ideológicos, assim como a mídia e a Igreja, no projeto neoliberal visa satisfazer aos objetivos estreitos de preparação para o trabalho, ao mesmo tempo em que é usada como instrumento de transmissão de ideias a favor do livre mercado (SILVA, 1995).

O projeto define a educação como uma mercadoria, e também está sujeita ao mercado.

Não se pode subestimar a importância do aspecto econômico para o setor educacional, todavia, o que não pode ser aceito é a mercantilização da Educação.

A essa discussão Faceira (2000, p.4) acrescenta que; “A educação desenvolve suas características de maneira que atenda às exigências do mercado, no que se refere à formação dos professores, de acordo com as premissas de qualidade total, da formação abstrata e polivalente, da flexibilidade e descentralização”.

As propostas de qualidade buscam levar a sociedade a tomar posse da responsabilidade pela educação, ou seja, “é uma tentativa de eximir as responsabilidades (...) do Estado para com a educação, deixando-a por conta da comunidade” (MACIEL e NETO, 2004, p. 47). Dessa forma se a Educação não é boa a culpa não é do Estado, nem tampouco do Mercado, mas da sociedade.

Feito isso, os adeptos neoliberais diminuem a atuação do Estado como executor das políticas sociais.

A noção de competência para a Formação de Professores

A política da globalização exige no campo educacional, novas competências cognitivas e profissionais. A formação de professores surge no centro desta discussão, já que, os adeptos do neoliberalismo colocam que os males do sistema público de ensino devem-se à incompetência, a ineficácia de seus profissionais.

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso essa noção torna-se o eixo nucleador da política educacional para formação de professores (BRAGA; FURTADO; BEZERRA, 2008, p.1), nessa política cultiva-se a ideia de que o professor “não é profissional e que deve ser profissionalizado” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 83).

Para tanto, deve-se formar outra identidade para o professor, competitiva e individualizada.

Segundo Gentili apud Maciel e Neto (2004, p.51) os seguidores desse projeto “passam a justificar a exclusão e a discriminação educacional como produtos da ineficácia das escolas públicas e da incompetência de seus profissionais”.

A partir do estudo de documentos como o Relatório Jacques Delors (1999), o *Transformación productiva con equidad* (1990), *Prioridades y estrategias para la educación* (1995) e outros lançados em eventos como a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtiem na Tailândia em Março de 1990, promovidos por instituições e organismos multilaterais e internacionais e nacionais tais como: UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância; Banco Mundial; CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; OREALC- *Oficina Regional de Educacion para América Latina y Caribe*- órgão da UNESCO; MEC- Ministério da Educação; pode-se constatar a centralidade dada à educação, entendida como um dos principais determinantes da competitividade entre os países.

Neles a educação é anunciada como um importante instrumento de combate aos problemas atuais, apesar disso, o recurso orçamentário destinado à área é mínimo, em consequência da contenção dos gastos públicos propostos pelo modelo citado.

Uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

A temática da valorização da formação dos professores para a melhoria da educação é destacada em diversos documentos, entre eles o Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE), conferência essa realizada em abril de 2010 em Brasília (DF), sendo o referido Documento lançado em 2009, onde, o mesmo, dá ênfase à formação de professores com o intuito de assegurar a qualidade no sistema de ensino.

Não é em vão que ele dedica um eixo específico para a temática, além de ser o mais extenso dos demais eixos. E em uma de suas premissas enfatiza que “é fundamental a institucionalização de uma **Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação**” (BRASIL, 2009, p.60).

Dentre outras medidas que deverão ser contempladas por essa Política está;

Extinguir todas as políticas aligeiradas de formação por parte de empresas, por apresentarem conteúdos desvinculados dos interesses da educação pública, bem como superar políticas de formação que tem como diretriz o parâmetro operacional do mercado e visam a um novo tecnicismo, separando concepção e execução na prática educacional. (BRASIL, 2009, p.63)

Durante a Conferência Estadual de Educação do Ceará (COEE-CE) ocorrida nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2009, em Fortaleza – Ceará com a seguinte temática: “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação”, foram discutidos os seis eixos temáticos da CONAE – 2010, entre eles o eixo que faz menção à Formação de Professores.

Nesse evento, foi realizada uma entrevista a Francisco das Chagas Fernandes, Coordenador da Comissão Organizadora Nacional da CONAE. Sobre a influência neoliberal nas políticas públicas e sobre a Formação de Professores.

O entrevistado defendeu que “aquele projeto está sendo contraposto ao Estado Forte. Estamos fora do Projeto Neoliberal. Há uma discussão muito forte de mudar a concepção de formação de professores dentro das Universidades”.

O sujeito entrevistado identifica ainda várias dificuldades no cenário da Educação Brasileira, tais como a falta de professores; professores não qualificados; professores que atuam em outra área sem ser a sua; e, professores sem realizar a formação continuada.

Observam-se de tal forma algumas das dificuldades relacionadas à formação de professores que o Documento - Referência da Conferência Nacional de Educação (BRASIL, 2009) aponta: dicotomia entre ensino e pesquisa; separação entre teoria e prática; formação pedagógica mínima para as licenciaturas; desarticulação dos componentes curriculares com o perfil do profissional.

Uma dessas dificuldades, a separação entre teoria e prática, é notada na fala de Conceição Ávila, Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola, em uma entrevista sobre formação de professores realizada em novembro de 2009 na Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, ela afirma que;

A universidade não é um modelo que relaciona teoria e prática. O aluno sai da universidade e carece de uma formação continuada, tem-se a formação acadêmica, mas quando se chega à escola, temos que entrar no funcionamento do sistema com as suas precariedades ou possibilidades.

O Documento Referência da CONAE estudado possui o seguinte título *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação* e divide-se em seis eixos temáticos.

Os eixos temáticos são: I – Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional. II – Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação. III – Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar. IV – Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação. V – Financiamento da Educação e Controle Social. VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

O eixo IV refere-se à Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, em uma de suas prerrogativas, é dito que;

a **formação dos profissionais da educação** deve ser entendida na perspectiva social e alçada ao nível da política, tratada como direito e superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio [...]. Deve ser pensada como processo inicial e continuado, como direito dos profissionais da educação e dever do Estado (BRASIL, 2009, p.61).

Essa ideia vai de encontro com a observação feita por Conceição Ávila durante a entrevista já citada; “a universidade fornece uma formação continuada igualmente à formação inicial, não agrega muita coisa para a formação continuada da perspectiva prática. Quem tem a possibilidade de agregar é quem está em exercício. A formação continuada é um repeteco da inicial”.

Essa noção de que a formação dos profissionais da educação defendida pelo Documento estudado como dever do Estado e direito dos professores também se contradiz com o diagnóstico exposto no mesmo Documento.

Já que, segundo o Documento Referência da CONAE (BRASIL, 2009, p.68), no Brasil, o “**quadro da formação inicial e continuada não é satisfatório**”. Com base nos dados do censo da educação superior 74,1% das matrículas em cursos de graduação presenciais corresponde a esfera privada (Inep, 2007). Segundo o diagnóstico exposto no Documento estudado a maioria dessas matrículas encontra-se em instituições não universitárias em cursos noturnos, com situação precária de qualificação/titulação do corpo docente (BRASIL, 2009).

A formação de professores, nas palavras de Freitas (apud FREITAS, 2002, p.7);

Defendida pelos educadores como *dever do Estado* e das instituições contratantes públicas e privadas e *direito dos professores*; nas políticas atuais tal formação, esta deixa de fazer parte de uma política de valorização do magistério para ser entendida como um *direito do Estado* e um *dever dos professores*.

O Documento propõe que se deve “avaliar a qualidade dessa formação e o seu impacto na prática docente (...) e, de outro lado, ampliar e fortalecer a formação nas instituições públicas de ensino” (BRASIL, 2009, p.68).

Essa análise revela um contexto marcado pela influência do projeto Neoliberal em que “o Estado reduz sua intervenção na área social e passa a incentivar e transferir essa responsabilidade à esfera privada” (FACEIRA, 2000, p.4).

A formação continuada, segundo Freitas (2002, p.148) “passa a ser vista como lucrativo negócio nas mãos do setor privado e não como política pública de responsabilidade do Estado e dos poderes públicos”.

Loreiro (2001, p 14) ainda acrescenta que:

Esta visão linear e simplista da formação de professores como panacéia para todos os males da educação não corresponde à complexidade da relação entre sociedade, educação e formação de professores. É uma lógica que precisa ser superada, para que enxerguemos além das aparências. Um exercício inicial é pensar o que desqualifica a escola básica. Será que o que desqualifica a escola básica não é o que desqualifica também a formação de professores?

Será mesmo que as políticas públicas neoliberais de formação de professores simplistas, aligeiradas e fragmentadas estão realmente fadadas ao fracasso? Será que tais políticas estão sendo substituídas por políticas que incentivam a formação inicial e continuada, promovida pelo Estado e de Qualidade?

Libâneo (1997, p.107) observa que os problemas relativos à formação desses profissionais “remetem à falta de políticas educacionais consistentes, não priorização pelo Estado da formação de professores, desvalorização social da profissão do magistério, desinteresse das universidades pela problemática da educação básica e formação de professores”.

Esses problemas se relacionam diretamente com a qualidade da Educação ela que é tão visada nos resultados do quadro da Avaliação Educacional, no âmbito da micro e da macro avaliação.

O uso da avaliação como instrumento controlador

Sabe-se que a utilização da avaliação pelo sistema educacional é cada vez mais presente. O termo avaliação é vasto e pode ser aplicado em dois sentidos. O restrito que diz respeito à microavaliação e o amplo que faz referência à macroavaliação.

No meio educacional e avaliativo denomina-se de microavaliação ou avaliação interna, aquela desenvolvida e aplicada em sala de aula.

Enquanto que a macroavaliação ou avaliação externa faz menção à avaliação do desempenho escolar em larga escala. Ela é um campo emergente.

Parafraçando Peroni (2009) as políticas atuais têm a avaliação como indutora da qualidade, numa perspectiva de que o Estado deve ser o avaliador, o coordenador e não mais o executor dessas políticas, dessa maneira o conteúdo da avaliação, diz respeito ao que deverá ser ensinado, remete à escola ao objetivo de sua missão educativa, que tipo de sujeito se quer educar, formar, graduar, e à função social da escola hoje.

A autora ainda complementa que;

Quanto à avaliação como indutora da qualidade, é uma total inversão ao objetivo proclamado das avaliações institucionais, que deveriam ser diagnósticas, dando elementos para a elaboração de políticas e, ao contrário, acabam por ser meritocrática, culpabilizando as escolas, e mais especificamente os professores pelo sucesso ou fracasso escolar, como se o sistema público não fosse responsável pela rede de escolas e sua qualidade (PERONI, 2009, p. 7).

Percebe-se então, que a avaliação está estritamente relacionada ao novo papel que o Estado deve assumir frente à Educação e à formação dos professores, com total sintonia com os pressupostos neoliberais e com as determinações dos organismos internacionais. Além disso, a avaliação surge com o objetivo de “fortalecer um Estado avaliador e regulador e afastá-lo da manutenção da educação pública via participação crescente da iniciativa privada no ensino superior” (MALANCHEN e VIEIRA, 2006, p.12).

Nessa linha, Freitas (2002, p.3) sublinha que a reforma educativa dos anos 1990 “tem na avaliação a chave-mestra que abre caminho para todas as políticas: de formação, de financiamento, de descentralização e gestão de recursos”.

No eixo temático II do Documento Referência da CONAE denominado Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação, o documento enfatiza que: “Junto à garantia da qualidade da educação, os dispositivos legais (CF/88, LDB e o PNE) indicam a avaliação como base para a melhoria dos processos educativos [...]” (BRASIL, 2009, p.37).

O eixo citado pontua ainda que:

Avaliar a **formação e a ação dos professores e dos estudantes** complementa um amplo processo de compromissos com a qualidade social da educação [...]. Assim sendo, essa concepção de avaliação poderá incentivar os docentes à atualização pedagógica, contemplando, ainda, no plano de carreira, momentos de formação continuada (BRASIL, 2009, p.80).

Observe-se que a ideia de avaliação está relacionada à Qualidade da Educação, também faz referência ao campo de controle do Estado.

Considerações Finais

Percebemos que o neoliberalismo tem influencia constante na construção das políticas educacionais no contexto em que a educação é utilizada pelo sistema como instrumento ideológico, enquanto que a avaliação é utilizada como instrumento de controle da escola e, sobretudo, do trabalho docente. Seguindo essa lógica são impostas novas competências para a

formação de professores em prol das demandas do mercado. Apesar disso, o setor público não promove de forma direta essas práticas de formação, deixando-a a cargo do setor privado.

A partir das análises bibliográficas, da entrevista e dos documentos referidos, pode-se constatar a precariedade da educação no Brasil as observações feitas, o Estado foge das suas obrigações e mantém o papel de mero espectador, que visualiza e aponta o problema, todavia não o resolve, apenas diz o que deve ser feito.

Isso tudo é observado através das negligências e das contradições referentes às leis que regem a educação no Brasil. Urge, portanto, uma tomada de posição dos próprios professores em manter uma postura como profissionais da educação.

A aprendizagem acontece na sala de aula, mas as condições de valorização profissional para uma educação de qualidade são oriundas de políticas públicas direcionadas.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL/BIRD. **Prioridades y estrategias para la educación.** Washington, D.C, Banco Mundial, 1995.

BRAGA, K. R. R. ou LIMA, K. R. R.; FURTADO, Eliane Dayse Pontes; BEZERRA, José Eudes Baima. **Competência e empregabilidade:** a novilíngua neoliberal. In: VI Seminário Sobre o Trabalho, 2008, Marília.

BRASIL. **Documento- Referência da Conferência Nacional de Educação** – Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/conae/images/stories/pdf/documento_referencia.pdf Acesso em 11 novembro de 2009.

CEPAL. **Transformación productiva com equidad.** Santiago de Chile, 1990.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação:** um tesouro a descobrir. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1999. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

ENQUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade total e educação:** visões críticas. 11. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. (Pgs. 93-110)

FACEIRA, Lobélia da Silva. **Estado, Política Educacional e Cidadania:** política educacional no contexto neoliberal. In: Revista Universidade e Sociedade N°. 22- ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Nível Superior, Brasília-DF, 2000.

FREITAS, Helena Costa Lopes. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embates entre projetos de formação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 137-168, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação: Pedagogia e Didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional. In: PIMENTA, Selma G. (org). **Didática e Formação de Professores – percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo. Cortez, 1997.

LOREIRO, Walderês Nunes. Formação de professores: realidade e perspectivas. In: LISITA, Verbena Moreira S. S.(Org.). **Formação de professores: políticas, concepções e perspectivas**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. (Pgs. 11-18)

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **Formação de professores: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.

MALANCHEN, Julia; VIEIRA, S. R. A Política Brasileira de Formação de Professores: repercussões sobre o trabalho docente. In: VI Seminário da Redestrado, 2006, Rio de Janeiro. **Anais VI Seminário da Redestrado** regulação educacional e trabalho docente, 2006. v. 1. p. 1-15.

NEVES, Lúcia Ma. Wanderley. A Sociedade Civil como espaço estratégico de difusão da Nova Pedagogia da hegemonia. In: **A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do Capital para educar o consenso**. Coletivo de Estudos de política Educacional. Editora Xamã, 2005.

PERONI, V. M. V. Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: Elisa Maria Quartiero; Luís Henrique Sommer. (Org.). **Pesquisa, educação e inserção social: olhares da Região Sul**. Canoas, RS: ULBRA, 2009, v., p. 537-551.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, T. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, Tomás Tadeu da. (Orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 11-29.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica: política e gestão da escola**. Fortaleza: Liber Livro, 2008.